


ENTRE A SUPERANÇA E A ADAPTAÇÃO: A JORNADA DOS ATLETAS
PARALÍMPICOS NO CENÁRIO ESPORTIVO DE ALTO RENDIMENTO

BETWEEN OVERCOMING AND ADAPTING: THE JOURNEY OF PARALYMPIC
ATHLETES ON THE HIGH-PERFORMANCE SPORTS SCENE

Recebido em: 18/12/2025

Aceito em: 17/04/2026

Publicado em: 17/05/2026

Gabriel César Silveira Figueredo¹ 
Instituição Evangélica de Novo Hamburgo

Natália Elias Ferreira² 
Escola de Aplicação Feevale

Jacinta Sidegum Renner³ 
Universidade Feevale

Gustavo Roese Sanfelice⁴ 
Universidade Feevale

Resumo: Os Jogos Paralímpicos se consolidaram ao longo dos anos como o maior evento esportivo mundial dedicado a pessoas com deficiência. Este evento não apenas celebra as conquistas esportivas, mas também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão, no reconhecimento das habilidades e do potencial das pessoas com deficiência no esporte. O presente estudo tem como objetivo compreender e analisar o processo de iniciação esportiva de pessoas com deficiência no esporte de alto rendimento. Especificamente, busca-se analisar os fatores que influenciam o ingresso e a permanência dos atletas no esporte de alto rendimento. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, descritiva e transversal. Foram investigados 10 atletas paralímpicos que participaram das Paralimpíadas de Tóquio 2020/2021. Como instrumento, utilizou-se a entrevista semiestruturada e um diário de campo para anotações das expressões faciais dos entrevistados. Para a análise dos resultados obtidos, utilizou-se como metodologia a Análise de Conteúdo de Bardin (2010), sendo, então, estabelecidas as seguintes categorias: Deficiência, as causas e os impactos; Ingresso e permanência no esporte e Regionalização do esporte paralímpico brasileiro e o papel do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Concluiu-se que a deficiência adquirida tardiamente impacta diretamente na vida da pessoa com deficiência e das funções familiares. Além disso, evidenciou-se que os atletas paralímpicos ainda encontram dificuldades para ingressar e permanecer no esporte de alto rendimento, sendo esses fatores: falta de fomento financeiro, ausência de profissionais qualificados, obstáculos arquitetônicos e menor visibilidade midiática.

Palavras-chave: Atletas; Jogos Paralímpicos; Pessoas Com Deficiência.

¹ Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale (FEEVALE), Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) Professor de Educação Física dos anos iniciais e oficinas de esportes coletivos. E-mail: gabrielcesar15@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia, Universidade Fael (UNIFAEL), Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. Assistente de Aprendizagem, Escola de Aplicação Feevale. E-mail: nataliaelias0101@gmail.com

³ Doutora e mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Ergonomia (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale (FEEVALE). E-mail: jacinta@feevale.br

⁴ Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale (FEEVALE). E-mail: sanfeliceg@feevale.br



Abstract: The Paralympic Games have established themselves over the years as the world's biggest sporting event dedicated to people with disabilities. This event not only celebrates sporting achievements, but also plays a crucial role in promoting inclusion and recognizing the abilities and potential of people with disabilities in sport. The aim of this study is to understand and analyze the process of sports initiation of people with disabilities into high-performance sport. Specifically, it seeks to analyze the factors that influence the entry and permanence of athletes in high-performance sport. The research has a qualitative, descriptive and cross-sectional approach. Ten Paralympic athletes who took part in the Tokyo 2020/2021 Paralympics were investigated. The instrument used was a semi-structured interview and a field diary to record the interviewees' facial expressions. Bardin's (2010) content analysis methodology was used to analyze the results, and the following categories were established: Disability, causes and impacts, Entry and permanence in sport and Regionalization of Brazilian Paralympic sport and the role of the Brazilian Paralympic Committee (CPB). It was concluded that late-acquired disability has a direct impact on the lives of people with disabilities and their family roles. It also emerged that paralympic athletes still face difficulties in entering and remaining in high-performance sport, including: lack of financial support, lack of qualified professionals, architectural obstacles and less media visibility.

Keywords: Athletes; Paralympic Games; People With Disabilities.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o processo de iniciação esportiva de 10 atletas paralímpicos representantes do Brasil nas Paralimpíadas de Tóquio 2020/2021. Para tanto, é necessário apontar que os Jogos Paralímpicos, no decorrer da sua história, se afirmaram como o maior evento esportivo direcionado para as pessoas com deficiência no mundo (Sanchotene, 2020). De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado em 2015, no seu artigo nº 2 define a pessoa com deficiência como aquela que possui impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, ao interagir com barreiras, pode ter limitada sua participação plena e igualitária na sociedade (Brasil, 2015).

No ano de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgou os resultados da pesquisa referente às pessoas com deficiência, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). A pesquisa trouxe resultados reveladores, no qual, no Brasil, cerca de 18,9 milhões de pessoas possuem uma ou mais deficiências (IBGE, 2022). Por conta do aumento relativo das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, as leis e diretrizes construídas e homologadas durante os anos contribuem para a busca por igualdade de condições e de oportunidades da pessoa com deficiência na sociedade (Reis; Mezzadri; Silva, 2017).

Os documentos norteadores da sociedade brasileira explicam que as pessoas com deficiência possuem o direito garantido ao acesso à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho e ao esporte (Brasil, 2015). Embora esses direitos estejam garantidos na legislação, percebe-se que o acesso às práticas esportivas é dificultado a essa população, devido a diferentes barreiras, sejam elas arquitetônicas, atitudinais e sociais (Sanchotene, 2020). Nessa perspectiva, embora as pessoas com deficiência sejam amparadas pelos documentos normativos que regem a sociedade brasileira, torna-se evidente o processo histórico de exclusão e discriminação



enfrentado por esse grupo em diversos setores da sociedade, incluindo o esporte (Garcia; Castelan, 2022).

Nessa direção, destaca-se a importância e a relevância do esporte como um meio de inclusão das pessoas com deficiência, assim como a garantia de um direito. Conforme Cardoso (2011), os benefícios da prática esportiva direcionada às pessoas com deficiência são perceptíveis, considerando as melhorias em seus aspectos físicos e motores, bem como psicológicos e sociais, sendo evidenciados por grande parte dos profissionais inseridos nos treinamentos esportivos paralímpicos. Ou seja, é notável que a prática esportiva contribui positivamente para a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Sendo assim, a iniciação esportiva direcionada para pessoas com deficiência é fundamental para promover a inclusão, a saúde e o desenvolvimento social. Nesse viés, Sanchotene (2020) comenta que a fase de iniciação esportiva se constitui em um espaço de oportunidades e empoderamento para as pessoas com deficiência, gerando crescimento pessoal e contribuindo para a promoção da saúde, o sentimento de pertencimento, o estabelecimento de objetivos, dentre outros benefícios.

O esporte para a pessoa com deficiência pode ocorrer de forma adaptada, conforme Araújo (2006) o conceitua, fazendo referência a uma modalidade que permanece em sua essência, embora ocorram adaptações em suas regras originais para que as pessoas com deficiência compreendam a modalidade e possam ser inseridas na prática. Corroborando com o autor citado, Melo e Munster (2016) pontuam que o esporte deve ser modificado para atingir as necessidades da criança e/ou adolescente e não o inverso. De semelhante forma, Miron (2011) completa que se faz necessário levar em conta as especificidades, uma vez que, além das próprias dificuldades impostas pelo processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência, ainda precisam vencer o estigma da diferença e a rotina de atendimentos clínicos.

Considerando o referido acima e as mudanças ocasionadas pela inserção das pessoas com deficiência no esporte paralímpico, este estudo tem como objetivo compreender e analisar o processo de iniciação esportiva de pessoas com deficiência e as dificuldades para o ingresso e a permanência no esporte de alto rendimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão corresponde ao artigo de n.º 2 da Dissertação no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale de Novo Hamburgo. O presente estudo caracteriza-se como descritivo, qualitativo e transversal



(Neves, 1996; Prodanov; Freitas, 2013). Oliveira (2008) define que o pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com a tarefa de estudar e pesquisar sobre as experiências vividas pelos seres humanos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram entrevistados 10 atletas paralímpicos de diferentes modalidades que participaram dos jogos Paralímpicos de Tóquio no ano de 2020/2021. A realização das entrevistas contou com um roteiro de entrevistas semiestruturadas. A entrevista narrativa como técnica de coleta de dados aborda elementos relacionados às trajetórias, acesso, dificuldades/obstáculos e visibilidade Paralímpica. A metodologia narrativa combina histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que as narrativas revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmos (Creswell, 2014).

Todas as entrevistas foram realizadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). A presente pesquisa já obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale (CAAE: 50872821.5.0000.5348) e seguirá a Resolução do CNS 510/2016. Os participantes receberam informações referentes a seu direito de participar e às garantias de anonimato.

Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista narrativa e para a análise dos dados coletados será empregada a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2010). Conforme delineado por Bardin (2010), a Análise de Conteúdo possibilita a classificação qualitativa dos significados presentes no material coletado, permitindo a apreensão do conteúdo por meio de instrumentos metodológicos. Em relação à Análise de Conteúdo, inicialmente, realiza-se a exploração e a organização do material; após isso, ocorre a categorização dos elementos para a análise, por meio do tratamento dos resultados encontrados nos relatos dos indivíduos estudados. Para a organização das categorias, inicialmente, foi realizada a pré-análise, considerando os objetivos do estudo. Na segunda etapa, foi realizada a exploração dos materiais obtidos por meio das entrevistas, alinhando com os objetivos do estudo, podendo, assim, agrupar os elementos em categorias de análise. Por último, foi realizada a inferência e a interpretação dos dados obtidos a partir das categorias de análise construídas. Uma vez construídas, as categorias de análise auxiliam nas respostas dos objetivos traçados no estudo.

De acordo com Minayo (2001), a análise de conteúdo constitui um conjunto de informações relativas ao comportamento humano, o que viabiliza a verificação de hipóteses ou descobertas subjacentes a um fenômeno. Dessa forma, a análise de conteúdo auxiliou na compreensão das relações presentes nos fragmentos discursivos analisados. A partir da análise



de dados, chegamos às seguintes categorias: Deficiência, as causas e os impactos; Ingresso e permanência no esporte e Regionalização do esporte paralímpico brasileiro e o papel do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de compreender e analisar o processo de iniciação esportiva para pessoas com deficiência, em um primeiro momento, foi necessário traçar um perfil dos atletas entrevistados. Nesse sentido, elaborou-se um instrumento contendo as seguintes informações: codinome, modalidade, idade, gênero e classificação nas Paraolimpíadas de Tóquio 2021.

Quadro 1 – Informações sobre os entrevistados.

CODINOME	MODALIDADE	IDADE	GÊNERO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA ENTREVISTA	TEMPO DA ENTREVISTA
A1	Natação	44	Masculino	Bronze	21/04/2024	55m39
A2	Atletismo	33	Masculino	Prata	02/05/2024	2h32m
A3	Futebol de 5	36	Masculino	Ouro	03/05/2024	2h52m
A4	Judô	33	Masculino	Não atingiu o pódio	08/06/2024	1h16m
A5	Esgrima em cadeira de rodas	30	Masculino	Não atingiu o pódio	10/06/2024	43m50
A6	Tiro esportivo	41	Masculino	Não atingiu o pódio	20/06/2024	1h27m
A7	Tiro com arco	39	Feminino	Não atingiu o pódio	23/06/2024	1h02m
A8	Badminton	25	Masculino	4º lugar	24/06/2024	2h20m
A9	Vôlei sentado	36	Feminino	Bronze	17/07/2024	1h45m
A10	Goalball	35	Masculino	Ouro	28/07/2024	2h55m

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A partir das entrevistas realizadas, foi possível agrupar as respostas em três categorias de análise, conforme a organização a seguir.



CATEGORIA 1: DEFICIÊNCIA, AS CAUSAS E OS IMPACTOS

Para iniciar a discussão, é necessário evidenciar que a pessoa pode nascer com deficiência ou adquiri-la ao decorrer da vida. A partir das entrevistas realizadas com os atletas paralímpicos, evidenciou-se que 7 atletas adquiriram suas(s) deficiência(s) por meio de acidentes de trânsito. Conforme explicado no Quadro 1, o atleta A1, da modalidade de natação, afirma: “Era uma pessoa totalmente independente antes do acidente. Tinha meu emprego, dirigia, viajava. Depois do acidente de trânsito, me tornei dependente dos meus pais, esposa e familiares”. O entrevistado A5, da modalidade de Esgrima em cadeira de rodas, trouxe uma afirmativa parecida com a do entrevistado A1:

[...] Desde pequeno fui ensinado a ser independente, não depender de outras pessoas. Quando sofri o acidente de moto, passei a depender de muitas pessoas para realizar tarefas básicas do cotidiano. Esse processo de dependência me adoceceu, me tornando, inclusive, dependente físico e emocional de muitas pessoas. Não tinha forças para reagir a essa nova realidade [...] (A5).

A deficiência física adquirida pode ter um impacto significativo e profundo na vida de uma pessoa, independentemente da fase em que ocorra. Essa condição pode acarretar mudanças substanciais tanto para o indivíduo quanto para sua família (Schoeller, 2012). Corroborando com a afirmação acima, também é necessário entender o papel da família nesse processo. A família, conforme descrito por Figueiredo (2009), é entendida como uma unidade complexa que se define fundamentalmente pelas relações entre seus membros, funcionando dentro de uma organização, estrutura e funcionalidade específicas. Esse grupo, composto por indivíduos que mantêm vínculos e interações contínuas tanto internamente quanto com o ambiente externo, desempenha funções sociais claramente definidas. De acordo com Figueiredo (2009), a família pode ser vista como um todo integrado e, ao mesmo tempo, como a soma de suas partes. Isso significa que qualquer mudança que ocorra em uma parte específica da família, seja em um indivíduo ou em uma subunidade, afeta o sistema familiar como um todo.

Conforme elencado pelos entrevistados A1 e A5, torna-se necessário um olhar mais atento no que se refere aos cuidados no trânsito. Segundo os dados do Ministério dos Transportes, juntamente com os dados do IBGE de 2023, evidencia-se que, no ano de 2023, houve 5.292.499 acidentes de trânsito registrados (IBGE, 2023). Além disso, no ano em questão, foram constatadas 8.320.956 pessoas que saíram ilesas e/ou feridas dos acidentes de trânsito. Outro dado alarmante no que se refere aos acidentes de trânsito são os números de óbitos nesse período. Estima-se que cerca de 126 mil pessoas tenham morrido em acidentes de trânsito (IBGE, 2023).



O ponto destacado por Dornelas (2010) é crucial para compreendermos as consequências dos acidentes de trânsito. As sequelas decorrentes de um acidente podem ser imediatas ou tardias e têm um impacto significativo na vida dos sobreviventes. Além dos desafios físicos, as amputações também podem afetar a independência física e social do indivíduo. Tarefas cotidianas que antes eram simples podem se tornar desafiadoras, e a adaptação a uma nova realidade pode ser difícil tanto física quanto emocionalmente (Benedetto; Anicet, 2010).

O entrevistado A9, da modalidade Vôlei sentado, compartilha dos seus desafios cotidianos:

[...] Após sofrer um acidente de carro e ter os movimentos dos braços e pernas reduzidos, toda e qualquer atividade que parecia simples e tranquila de realizar se tornou um desafio gigantesco. Embora tivesse apoio familiar, também tinha a necessidade de me sentir útil e não tão dependente de alguém. Tarefas como escovar os dentes, tomar banho ou até mesmo me locomover até o quarto e deitar na cama eram situações difíceis de realizar. Tive muita dificuldade para aceitar a minha deficiência e como isso impactou no meu ambiente familiar e na minha autoestima [...] (A9).

O relato do entrevistado A9 vem ao encontro do estudo realizado por Santos *et al.* (2017), no qual os autores estudaram as pessoas que adquiriram a sua deficiência na vida adulta. As pessoas envolvidas nesse estudo descrevem a perda de mobilidade como uma experiência profundamente incapacitante, expressando sentimentos de ter "perdido tudo" ou de que "tudo acabou". Esse impacto emocional é particularmente acentuado pela dependência da locomoção, que pode limitar a autonomia e a capacidade de realizar atividades diárias (Santos *et al.*, 2017).

Atrelado às afirmativas anteriores, o desejo e a vontade de independência são forças motrizes essenciais para pessoas com deficiência, desempenhando um papel crucial no processo de recuperação emocional e física. Quando essas pessoas conseguem desenvolver estratégias para superar as limitações decorrentes da perda dos movimentos motores, há uma possível diminuição da sensação de incapacidade, o que contribui significativamente para o resgate da autoconfiança e a melhora da autoestima (Santos *et al.*, 2017).

O entrevistado A4, atleta da modalidade de Judô paralímpico, ao decorrer da entrevista, evidencia alguns desconfortos em relação à imagem da pessoa com deficiência e a visão capacitista sobre esse público. O entrevistado enfatiza:

[...] É difícil se sentir inserido ou pertencente à sociedade ao escutar e presenciar situações capacitistas. Já escutei de familiares e amigos próximos que eu era inválido, que eu não servia para nada. Quando adquiri minha deficiência, achei por muito tempo que minha vida tinha acabado. Aos poucos fui me adaptando, consegui me

restabelecer. Mesmo com minha deficiência, me tornei atleta paralímpico, consigo me manter financeiramente, sou casado, tenho duas filhas lindas, casa própria e estou cursando ensino superior [...] (A4).

Apesar das conquistas evidentes no campo da inclusão, a sociedade ainda mantém uma visão capacitista em relação às pessoas com deficiência. Segundo as autoras Gesser, Bock e Mello (2020), essa visão limitada e preconceituosa leva, muitas vezes, ao pensamento de que pessoas com deficiência não podem ser autônomas e independentes, estigmatizando-as como incapazes de realizar atividades comuns da vida. Devido a essa visão capacitista, as pessoas com deficiência enfrentam diariamente o preconceito de serem percebidas e tratadas como inferiores em comparação às pessoas sem deficiência. Conforme Mello (2016), esse preconceito, conhecido como capacitismo, é uma forma de discriminação que desvaloriza as capacidades e o potencial das pessoas com deficiência, muitas vezes, negando-as as mesmas oportunidades e direitos concedidos aos demais.

A realidade é que não faltam capacidades às pessoas com deficiência; o que frequentemente falta é acessibilidade e oportunidades com equidade. Conforme Gesser, Bock e Mello (2020), mesmo com as limitações que possam enfrentar, as devidas adaptações permitem que essas pessoas se desenvolvam da melhor forma possível em todos os âmbitos da sociedade.

Desta forma, podemos compreender que uma deficiência adquirida após a infância pode trazer impactos psicológicos significativos. Uma pessoa que adquire deficiência em uma fase mais madura da vida tem uma compreensão mais clara do que é uma deficiência permanente e das maneiras como isso pode afetar sua vida em sociedade. Esse entendimento profundo pode levar a um processo psicológico mais desafiador, pois o indivíduo precisa lidar com a perda de capacidades que antes possuía e a necessidade de diversas mudanças e adaptações em sua rotina e estilo de vida.

Considerando os impactos ocasionados pela aquisição da deficiência no período de vida adulta em atletas paralímpicos, houve a necessidade de investigar o processo de ingresso nas modalidades esportivas e os fatores determinantes para a continuidade e a permanência dos atletas paralímpicos.

CATEGORIA 2: INGRESSO E PERMANÊNCIA NO ESPORTE PARALÍMPICO

A partir das entrevistas realizadas com os atletas paralímpicos, constatou-se que 6 deles tinham acesso às práticas esportivas desde pequenos e demonstravam interesse por essas atividades. Em contrapartida, as entrevistas também revelaram que 4 atletas não demonstravam



interesse em participar das práticas esportivas inicialmente. Os dados obtidos nesse estudo indicam que esses atletas, que não tinham interesse prévio no esporte, adquiriram suas deficiências após a vida adulta e encontraram no esporte uma forma de reabilitação e inclusão na sociedade.

O atleta A1 trouxe uma afirmação importante sobre o processo de ingresso no esporte.

Segundo A1:

[...] Nunca tive acesso ou interesse no esporte. A partir do momento que adquiri a minha deficiência, tentei iniciar vários esportes e me adaptei melhor na natação. Inicialmente, a minha inserção no esporte era para tentar me reabilitar, ter qualidade de vida, saúde... Daqui a pouco, percebi competindo em campeonatos e disputas, quando me dei conta, já estava no ambiente competitivo e sonhando com uma classificação para as paralimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. Acabei não conseguindo atingir a marca para participar. Continuei treinando e consegui índice para ir a Tóquio. Foi uma trajetória de muita resiliência [...] (A1).

O esporte paralímpico é uma das várias possibilidades de prática de exercício físico para pessoas com deficiência. Historicamente, o esporte paralímpico surgiu em um cenário pós-guerra, tendo como objetivo promover a reabilitação e melhorar a qualidade de vida dos soldados que sofreram comprometimento durante as batalhas (Torri; Vaz, 2017). Com o tempo, o esporte paralímpico cresceu em outras dimensões, incluindo o alto rendimento, o que gerou oportunidades de profissionalização para os atletas (Benfica, 2012).

Sob uma diferente perspectiva, o atleta A3, da modalidade de Futebol de 5, afirma que seu início esportivo foi na escola. De acordo com o entrevistado:

[...] Desde que me recordo como pessoa sempre tive baixa visão. Durante minha infância, mesmo com dificuldades, enxergava algumas coisas. Tenho lembranças de quando jogava bola na escola, ali foi o início do atleta que sou hoje. Próximo ao período da adolescência, perdi minha visão totalmente. Por ter iniciado na escola e ter lembranças de quando enxergava, acredito que isso me auxiliou muito para realizar os mais complexos movimentos do futebol [...] (A3).

Segundo Paes e Balbino, "a perspectiva da complexidade na iniciação esportiva deve educar para a autonomia, fazer com que o praticante goste do esporte e introduzir uma cultura de lazer esportivo" (Paes; Balbino, 2005, p. 11). Nesse contexto, a iniciação esportiva não deve ser direcionada exclusivamente ao alto rendimento, embora essa possibilidade possa estar presente. O foco principal da iniciação ao esporte deve ser proporcionar uma oportunidade educativa que conduza o aluno a compreender e a valorizar a prática corporal (Beltrame; Sampaio, 2015).

O esporte paralímpico, embora seja direcionado para pessoas com deficiência, também pode assumir um caráter excludente, especialmente no contexto do esporte de alto rendimento. O chamado esporte de alto rendimento é uma prática que pode se relacionar ao esporte-espetáculo, protagonizado por atletas profissionais, ou ainda a um tipo de atividade esportiva que, embora não seja necessariamente remunerada, exige do praticante um nível de dedicação e rendimento que supera o de uma prática amadora ou de tempo livre (Rubio, 2004).

Além disso, ao decorrer das entrevistas realizadas, evidenciou-se que os atletas mencionaram diversos obstáculos relacionados à permanência no esporte de alto rendimento no âmbito nacional. Os principais obstáculos apontados pelos entrevistados foram: 1) falta de fomento financeiro; 2) ausência de profissionais qualificados para a realização de treinamentos específicos; 3) obstáculos arquitetônicos e 4) menor visibilidade em comparação com as Olimpíadas (Dados da pesquisa, 2024).

Sendo assim, em relação à falta de fomento financeiro elencado pelos entrevistados, observa-se que apenas três atletas conseguem continuar praticando seu esporte graças ao apoio financeiro de patrocínios e do programa Bolsa Atleta. Isso sugere que a maioria dos atletas entrevistados enfrenta dificuldades financeiras para se manter no esporte, possivelmente comprometendo seu desempenho e desenvolvimento.

O entrevistado A3, tetracampeão Paralímpico no futebol de 5, destaca:

[...] Hoje, eu posso viver do esporte e me definir como atleta de alto rendimento. Mas foi uma grande luta. Por muitos anos, tive que tirar dinheiro do meu bolso e contar com auxílio dos meus pais, amigos, familiares. Perdi as contas de quantas vezes tivemos que fazer meio frango, cachorro quente para vender para custear uma viagem. Hoje, tenho uma visibilidade muito grande, as pessoas me encontram na rua e me identificam quem sou eu. Sou tetracampeão paralímpico e representando o Brasil [...]
(A3).

Corroborando com o atleta A3, o entrevistado A10, da modalidade Goalball, também aborda e problematiza a falta de incentivo financeiro, comparando com a discrepância dos investimentos em relação ao esporte Olímpico e Paralímpico. De acordo com o A10:

[...] Se compararmos o esporte Olímpico e Paralímpico, percebemos uma disparidade em relação ao investimento financeiro. Entretanto, se compararmos o desempenho entre atletas, percebe-se que o esporte paralímpico brasileiro é muito forte. Hoje sou medalhista paralímpico e ganho menos que um atleta que nunca subiu ao pódio [...]
(A10).

De acordo com Celestino e Pereira (2016), mesmo com os desempenhos excepcionais dos atletas paralímpicos, os esforços realizados ainda não são suficientes para atrair a atenção



de grande parte da sociedade e dos governantes. Nesse viés, Reis (2014) explana que o esporte de performance (alto rendimento) possibilita que muitos atletas com deficiência possam se dedicar exclusivamente à prática esportiva como meio de sustento. Isso sugere que, para esses atletas, o esporte não é apenas uma atividade competitiva, mas também uma fonte de renda e, possivelmente, uma carreira. Conforme Silva (2019), a excelência desportiva sofre interferência de vários aspectos e depende também do grau de profissionalismo, organização, determinação e apoio financeiro capaz de dar suporte aos atletas e profissionais envolvidos na complexa estrutura que caracteriza o esporte de rendimento.

Além de ter um olhar para a parte financeira dos atletas paralímpicos de alto rendimento, Teodoro (2006) também evidencia no seu estudo sobre o esporte paralímpico que os maiores desafios para a continuidade dos atletas paralímpicos são a falta de investimento e a carência de estrutura adequada para os treinamentos. Esses obstáculos podem dificultar o desenvolvimento e o sucesso desses atletas, limitando suas oportunidades de alcançar alto desempenho nas competições. Nesse sentido, o entrevistado A7, da modalidade Tiro com arco, problematiza os investimentos ou a falta deles. Segundo o entrevistado:

[...] Sou atleta paralímpico e participei de duas paralimpíadas, Tóquio e Londres. Hoje, apesar de ser um atleta paralímpico, ainda trabalho num escritório como auxiliar administrativo para aumentar minha renda. Como posso ser um atleta de pódio paralímpico se não posso me dedicar exclusivamente ao esporte? [...] (A7).

Os atletas paralímpicos enfrentam um percurso cheio de obstáculos tanto para ingressar quanto para se manter no esporte paralímpico. Cardoso (2016) aponta que as principais adversidades que impedem o desenvolvimento de atletas paralímpicos são a falta de profissionais capacitados para orientação, a carência de estrutura esportiva adequada para treinamento e a insuficiência de recursos financeiros.

A falta de acessibilidade que as pessoas com deficiência enfrentam diariamente se confirma como um dos maiores obstáculos para a permanência e a continuidade no esporte. Elias *et al.* (2008), em seu estudo, entrevistaram atletas paralímpicos sobre questões de acessibilidade. As respostas dos entrevistados confirmam os desafios enfrentados pelos atletas investigados, destacando fatores como escassez de recursos, falta de acessibilidade, ausência de transportes/veículos adequados e dificuldades na locomoção. Esses problemas tornam-se barreiras significativas para que os atletas paralímpicos possam treinar e competir de forma eficaz (Elias *et al.*, 2008).



Em outro viés, Mauerberg (2016) identifica várias dificuldades enfrentadas pelos atletas, incluindo a falta de oportunidades, o acesso limitado à alta tecnologia do esporte, o pouco interesse de patrocinadores, a cobertura limitada da mídia, más condições de treinamento, falta de profissionais qualificados para orientar e desenvolver as práticas esportivas e a pouca produção acadêmica relacionada ao esporte. Esses desafios dificultam o desenvolvimento e a visibilidade dos atletas, comprometendo o avanço de suas carreiras esportivas.

Um outro ponto que impacta diretamente a carreira paralímpica é a visibilidade proporcionada pelos veículos de comunicação. Todos os entrevistados mencionaram aspectos relacionados a essa questão. Especificamente, os entrevistados A2 e A8, das modalidades Atletismo e Badminton, respectivamente, destacaram a importância da cobertura midiática para o reconhecimento e a valorização de suas carreiras.

[...] Se compararmos com as Olimpíadas e o tanto de canais e mídias que transmitem, verificamos o poder da visibilidade Olímpica. Agora, em relação às paralimpíadas, nem todos os canais transmitem. Não passa nos canais abertos, exceto algumas provas ou modalidades específicas. É muito importante para os atletas terem reconhecimento. O reconhecimento esportivo é um abre porta para maiores investimentos no esporte paralímpico e uma consolidação de uma carreira no alto rendimento [...] (A2).

Nesse sentido, o entrevistado A8 enfatiza:

[...] Nós atletas brigamos e lutamos por uma condição igual aos atletas Olímpicos. Queremos ter uma visibilidade esportiva igual, condições e investimentos parecidos. Queremos ter uma cobertura esportiva, todos os canais passando nossas provas. Demonstrar que o Brasil é uma potência no esporte paralímpico, que representamos muito bem nosso país e nosso povo brasileiro [...] (A8).

Considerando a importância e a influência que os veículos midiáticos exercem sobre o esporte brasileiro, seria interessante que os canais de informação dedicassem mais espaço às modalidades paralímpicas. Ampliar a cobertura dessas modalidades poderia não apenas aumentar a visibilidade dos atletas, mas também contribuir para a inclusão social, incentivar o apoio de patrocinadores e fortalecer o movimento paralímpico no país (Moraes Júnior, 2019). Uma maior presença na mídia ajudaria a destacar as conquistas dos atletas paralímpicos, promovendo uma maior valorização e reconhecimento de suas carreiras (Moraes Júnior, 2019).

Marques (2013), no seu estudo, entrevistou quatro dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro para discutir a relação da mídia com o esporte paralímpico. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, é possível afirmar que o esporte paralímpico recebe pouca divulgação. Esse baixo nível de cobertura midiática, combinado com o reduzido interesse da

população brasileira por esse tipo de esporte, dificulta o crescimento e a comercialização das modalidades paralímpicas. A falta de visibilidade na mídia restringe as oportunidades de patrocínio e apoio, limitando o desenvolvimento e a popularização do esporte paralímpico no Brasil (Júnior, 2019).

Considerando o referido acima e o direcionamento nas afirmativas dos entrevistados, na sequência, apresenta-se a terceira categoria de análise, referente à regionalização do esporte paralímpico no Brasil.

CATEGORIA 3: REGIONALIZAÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO BRASILEIRO E O PAPEL DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB)

Nesta categoria será abordado e investigado a regionalização do esporte paralímpico no Brasil. Para tanto, foi construído um instrumento com o objetivo de identificar as regiões brasileiras que possuem um número maior de atletas e compreender os fatores influenciadores.

Figura 1 – Regionalização do esporte paralímpico brasileiro.



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A análise dos resultados das entrevistas com atletas paralímpicos revelou que a região Sudeste do Brasil concentra o maior número de atletas. A região Sul também se destacou, com a presença de três atletas. Já as regiões Centro-Oeste e Nordeste têm um atleta representando cada uma.

Os dados das entrevistas corroboram as conclusões de Silva *et al.* (2019), que destacam a grande prevalência de atletas paralímpicos na região Sudeste do Brasil. Essa região, composta por cidades que desempenharam um papel histórico na implementação do esporte paralímpico no país, como mencionado por Araújo (2011), possui uma infraestrutura mais desenvolvida e um maior acesso a programas de apoio e financiamento. De acordo com Furtado (2017), o Brasil enfrenta uma disparidade significativa na infraestrutura e nos incentivos socioeconômicos disponíveis para o desenvolvimento de projetos e programas destinados a pessoas com deficiência. Essa lacuna impede que todas as regiões do país ofereçam as condições necessárias para preparar esses indivíduos para o esporte de alto rendimento.

Furtado (2017) ainda destaca que, enquanto regiões como o Sudeste contam com melhores recursos e apoio institucional; outras, como o Norte e o Nordeste, ainda enfrentam desafios substanciais, como a falta de instalações adaptadas e programas de treinamento adequados. Isso não apenas limita o potencial de atletas em diferentes regiões, mas também reforça desigualdades na prática esportiva.

Contrariando o estudo de Silva *et al.* (2019), que indicava que, apesar do aumento no número de pessoas com deficiência na região Sul, poucos atletas conseguem se tornar e se manter como atletas de alto rendimento, os dados obtidos nas entrevistas sugerem um desenvolvimento mais significativo nesta região. As informações revelam que a região Sul tem experimentado uma maior proximidade com programas de esporte paralímpico, resultando em um aumento no número de atletas capacitados e com potencial para competir em alto nível.

Esse crescimento pode ser atribuído a iniciativas locais que têm promovido o esporte adaptado, além do apoio de instituições e parcerias que buscam fomentar o talento e oferecer infraestrutura adequada. Assim, enquanto a pesquisa anterior apontava desafios, os dados recentes refletem um cenário mais otimista, indicando que a região Sul está avançando no fortalecimento do esporte paralímpico e na formação de atletas de alto rendimento. Essa evolução é fundamental para garantir uma representação mais diversificada e inclusiva nas competições paralímpicas.

Por outro lado, o esporte paralímpico, por ser considerado de alto rendimento, demanda investimentos financeiros em níveis municipal, estadual e federal, além de incentivos socioculturais e esportivos em todos os municípios, estados e regiões do Brasil (Silva *et al.*, 2019). No presente estudo, observa-se que a distribuição geográfica dos atletas paralímpicos por região revela que o desenvolvimento do esporte não está sendo implementado de forma igualitária. Essa desigualdade pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a variação no



apoio governamental, a infraestrutura disponível e a presença de programas voltados para o esporte adaptado (Furtado, 2017).

No Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) desempenha um papel fundamental na estruturação e no desenvolvimento do esporte paralímpico em nível nacional. O modelo de gestão adotado pelo CPB tem mostrado resultados significativos, posicionando o Brasil como uma potência mundial nesse contexto. Diante desse cenário, as questões se direcionam às entidades responsáveis pela gestão do esporte paralímpico no Brasil, especialmente ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Segundo Miranda (2011) e Marques (2010), o desenvolvimento do segmento paralímpico no país está intimamente ligado à profissionalização do órgão. Segundo Mello e Winckler (2012), a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) reformulou a estrutura do esporte paralímpico no Brasil, direcionando suas ações para a profissionalização da modalidade. Essa mudança de enfoque transformou o esporte para pessoas com deficiência, que, antes, era predominantemente associado à participação, em uma prática voltada para a competição e a excelência nos resultados.

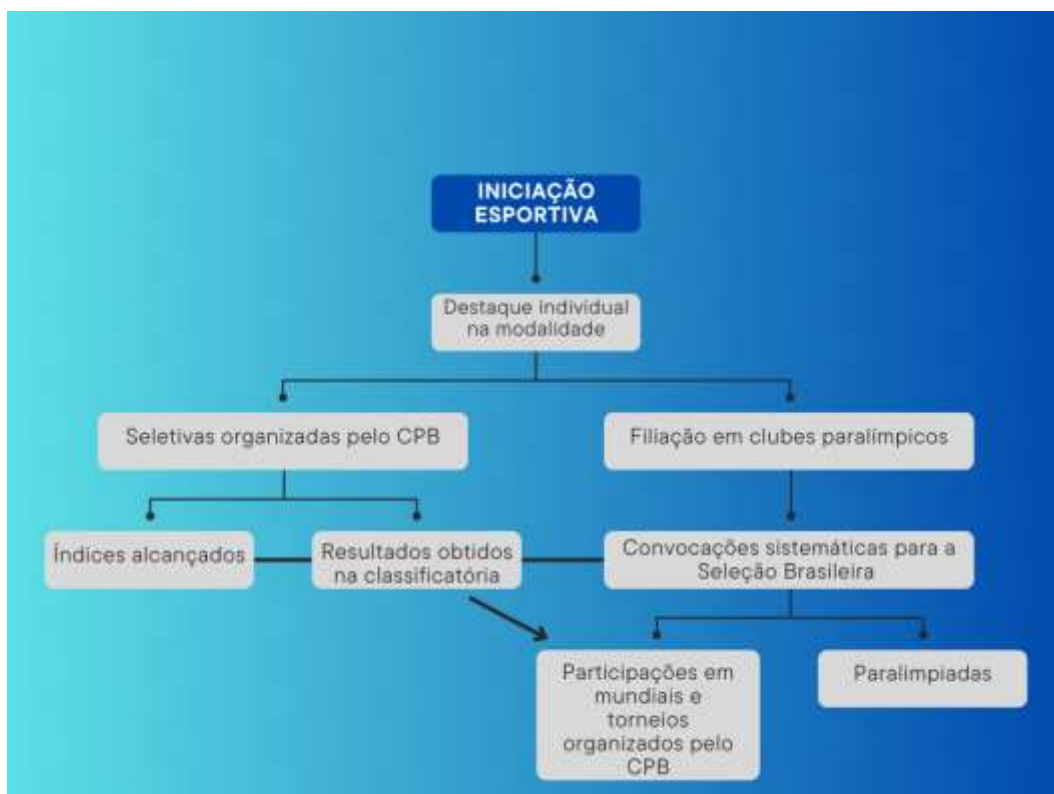
O Comitê Brasileiro Paralímpico é caracterizado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tendo a missão de promover e desenvolver o esporte paralímpico no Brasil. A designação como OSCIP permite ao CBP estabelecer parcerias com diferentes órgãos governamentais e outras instituições, o que é fundamental para maximizar recursos e esforços na inclusão de pessoas com deficiência no esporte (Cardoso, 2014). Ainda conforme Cardoso (2014), essa articulação é essencial, uma vez que o Estado, muitas vezes, não consegue atender todas as demandas relacionadas ao desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência. Com a colaboração entre o CBP e os órgãos governamentais, é possível implementar programas e eventos que incentivem a prática esportiva, além de promover o acesso e a participação de atletas paralímpicos em competições nacionais e internacionais.

Considerando o desenvolvimento e a estruturação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em relação ao esporte paralímpico no Brasil, quatro atletas entrevistados destacaram a importância da participação em campeonatos e seletivas promovidos pelo CPB ao longo de suas carreiras como paratletas. Durante as entrevistas, os atletas abordaram diversos tópicos que evidenciam como o CPB se organiza e realiza a convocação de atletas. Entre os principais pontos destacados pelos atletas, estes mencionaram-se o critério de seleção, a transparência no processo, os programas de avaliação e os índices de desempenho. Com base nessas informações, foi construído um instrumento que demonstra o caminho percorrido por cada



paratleta até a chegada às Paralimpíadas. Esse instrumento serve como uma ferramenta visual e informativa, permitindo acompanhar as etapas de formação e desenvolvimento dos atletas, desde o início de suas trajetórias no esporte até a conquista da classificação para eventos paralímpicos.

Figura 2 – Instrumento de percurso do atleta.



Fonte: dados da pesquisa (2024).

O processo de institucionalização do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) surgiu em resposta a uma demanda do Comitê Paralímpico Internacional (IPC). De acordo com Araújo (2011) e Begossi e Mazo (2016), o IPC solicitou que houvesse uma entidade nacional responsável por representar o esporte paralímpico brasileiro nas competições internacionais. O CPB, portanto, foi criado com o objetivo de organizar, gerenciar e promover o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil, além de assegurar a participação dos atletas brasileiros em competições de grande porte, como os Jogos Paralímpicos.

Vale ressaltar, então, que o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) desempenha um papel fundamental na supervisão e promoção do esporte paralímpico no Brasil, como destacado por Silva (2017). Ele é responsável por normatizar, organizar e fomentar a prática esportiva para pessoas com deficiência, além de cuidar da organização da delegação brasileira que participa dos Jogos Paralímpicos. O CPB também atua como interlocutor junto ao Comitê Paralímpico

Internacional (IPC), garantindo a participação do Brasil nos eventos paralímpicos internacionais

Compreendendo o papel do CPB, segundo Reis (2014), a administração e a organização esportiva se dividem em três formas principais: 1) Modalidades geridas diretamente pelo CPB; 2) Modalidades geridas por federações paralímpicas específicas e 3) Modalidades geridas por entidades que também trabalham com o esporte Olímpico.

Em relação às modalidades geridas diretamente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), destaca-se que o CPB exerce a função de autoridade máxima. Isso significa que ele não apenas supervisiona e organiza a prática dessas modalidades, mas, em alguns casos, também atua como a federação nacional (Pasini; Gutierrez; Duarte, 2020). Nessa função, o CPB coordena competições, estabelece regulamentos, desenvolve atletas e promove a inclusão esportiva, garantindo o alinhamento com os padrões internacionais estabelecidos pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC). Essa centralização visa fortalecer o desenvolvimento dessas modalidades no cenário esportivo nacional. Segundo Marques (2010), a profissionalização do esporte paralímpico no Brasil está diretamente relacionada à autonomia financeira das entidades esportivas. Essa autonomia é alcançada de maneira proporcional ao aumento do investimento estatal. Ou seja, quanto maior o aporte de recursos públicos, maior a capacidade dessas entidades de se tornarem financeiramente independentes, o que lhes permite organizar, desenvolver e promover o esporte de forma mais eficaz.

As modalidades geridas por federações paralímpicas específicas são aquelas administradas por entidades criadas exclusivamente para promover e desenvolver o esporte paralímpico. Essas federações têm a responsabilidade de organizar campeonatos, definir regras e regulamentações, além de cuidar do desenvolvimento dos atletas e equipes em suas respectivas modalidades (Pasini; Gutierrez; Duarte, 2020). Elas atuam de forma autônoma em relação ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), embora sigam as diretrizes e normas gerais estabelecidas pelo CPB e pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC) (Reis, 2014). Esse modelo permite uma gestão mais focada e especializada nas necessidades e características de cada esporte paralímpico.

As modalidades organizadas por entidades, que também trabalham com o esporte olímpico, são aquelas em que a administração esportiva é realizada por federações ou confederações que gerenciam tanto as modalidades olímpicas quanto as paralímpicas. Nesses casos, uma única entidade é responsável por cuidar das duas vertentes de uma modalidade, garantindo a organização de competições, o desenvolvimento de atletas e a definição de



regulamentos para ambas as versões (olímpica e paralímpica) do esporte (Pasini; Gutierrez; Duarte, 2020). Essa integração busca otimizar recursos, promovendo o esporte como um todo, enquanto mantém as particularidades necessárias para o desenvolvimento do esporte paralímpico.

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) é composto por 18 entidades, sendo 8 filiadas e 10 reconhecidas. As entidades filiadas são organizações nacionais que administram o esporte paralímpico, seja por área de deficiência ou por modalidade esportiva. A principal diferença entre as entidades filiadas e as reconhecidas reside no nível de participação nas assembleias gerais do CPB (Pasini; Gutierrez; Duarte, 2020).

Em relação às diferenças discorridas acima, as entidades filiadas possuem um poder maior nas tomadas de decisões e nas diretrizes do CPB, participando ativamente na capacidade de apresentar propostas, indicar chapas para a diretoria e propor candidatos para os conselhos fiscais e deliberativos (Furtado, 2017). Em contrapartida, as entidades reconhecidas não possuem esses direitos de participação ativa. Essa distinção reflete o papel mais central que as entidades filiadas têm na governança do CPB e na tomada de decisões que influenciam o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil (Comitê Paralímpico Brasileiro, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender e analisar o processo de iniciação esportiva de pessoas com deficiência no esporte de alto rendimento paralímpico, foi constatado que, entre os atletas entrevistados, 7 eram pessoas sem nenhuma deficiência e adquiriram suas deficiências ao longo da vida adulta, em decorrência de acidentes de trânsito. Esse fato impacta profundamente e diretamente a vida de cada indivíduo, onde o esporte paralímpico passa a ser utilizado como uma poderosa ferramenta de superação e construção social. Dessa forma, o contexto familiar desempenha um papel crucial nesse processo. O apoio familiar é determinante para que essas pessoas superem as barreiras impostas pela nova realidade, oferecendo suporte emocional, logístico e motivacional.

Em relação ao ingresso e à permanência no esporte paralímpico de alto rendimento, evidenciou-se que, apesar dos inúmeros movimentos voltados para a estruturação e organização do esporte paralímpico, os atletas ainda enfrentam diversos obstáculos para a realização do esporte. Entre os principais desafios identificados, destacam-se a falta de investimento financeiro, a ausência de profissionais qualificados, os obstáculos arquitetônicos e a menor visibilidade em comparação ao esporte Olímpico.



Sobre a regionalização do esporte paralímpico no Brasil, constatou-se que a região Sudeste, por ser a precursora no movimento paralímpico, apresenta uma concentração significativamente maior de atletas de alto rendimento paralímpico. Esse grande volume de atletas configura-se a partir de um resultado histórico e mais incisivo de investimentos e desenvolvimento no esporte paralímpico na região, além da presença de infraestruturas adequadas para o desenvolvimento do esporte paralímpico e programas de apoio especializado. Por outro lado, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste mostram uma menor prevalência de atletas paralímpicos, evidenciando uma notória disparidade no que diz respeito ao incentivo financeiro e à disponibilidade de estruturas para a realização de treinamentos.

Referente à organização e estruturação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), evidenciou-se que a entidade passou por um processo de reformulação com o objetivo de se profissionalizar. Esse processo incluiu a revisão de suas práticas administrativas, a adoção de uma gestão mais eficiente e transparente, e a implementação de estratégias que visam melhorar a performance dos atletas e a competitividade nas modalidades paralímpicas.

REFERÊNCIAS

ANICET, L. **Amputação, causas e reabilitação**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010.

ARAÚJO, P. F. Desporto para pessoa em condição de deficiência: desenvolvimento e perspectivas – uma visão acadêmica. *In*: SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE ADAPTADO, 1., 2006, Toledo. **Anais [...]**. Toledo: Unipar, 2006. v. 1, p. 18-25.

ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, out. 2016.

BELTRAME, André Luis Normanton; SAMPAIO, Tânia Maria Vieira. **Atendimento especializado em esporte adaptado**: discutindo a iniciação esportiva sob a ótica da inclusão. [S. l.: s. n.], 2015.

BENEDETTO, Kátia Monteiro; FORGIONE, Maria Cristina Rizzi; ALVES, Vera Lúcia Rodrigues. Reintegração corporal em pacientes amputados e a dor-fantasma. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, 2002.

BENFICA, Dalila Tâmara. **Esporte paralímpico**: analisando suas contribuições nas (re)significações do atleta com deficiência. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público**. Brasília: SEBRAE, 2014.

CARDOSO, Vinicius Denardin. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 529-539, abr./jun. 2011.

CARDOSO, Vinicius Denardin. **O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil**. 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CELESTINO, T.; PEREIRA, A. A formação e o desenvolvimento do desporto adaptado: uma proposta de intervenção. **Desporto e Atividade Física para Todos – Revista Científica da FPDD**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 24-33, 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Gestão recursos: planejamento estratégico 2017-2024**. [S. l.: s. n.], 2018.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projetos de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. São Paulo: Penso, 2014.

DE BOSSCHER, Veerle *et al.* Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 113-136, 2009.

DORNELAS, Lilian de Fátima. Uso da prótese e retorno ao trabalho em amputados por acidentes de trabalho. **Acta Ortopédica Brasileira**, São Paulo, v. 18, n. 4, 2010.

ELIAS, Margareth Pereira; MONTEIRO, Lúcia Maria Costa; CHAVES, Celia Regina. Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1041-1050, 2008.

FIGUEIREDO, Maria Henriqueta de Jesus Silva. **Enfermagem de família: um contexto do cuidar**. 2009. 550 f. Tese (Doutorado em Ciências de Enfermagem) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2009.

FURTADO, Sabrina. **As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paraolímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

GARCIA, Isabela; CASTELAN, Lia Polegato. Iniciação esportiva a partir da bocha para estudantes da APAE de Muzambinho: um relato de experiência. **Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2022.



GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. *In*: GESSER, M. G. L. K.; BÖCK, P. H. L. (ed.). **Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

HAIACHI, M. C. Inovação nas relações entre atleta, treinamento e carreira esportiva em entidades gestora do esporte paralímpico. *In*: DESLANDES, A.; DA COSTA, L. P.; MIRAGAYA, A. (org.). **O futuro dos mega-eventos esportivos**. Rio de Janeiro: Engenho Arte e Cultura, 2016. p. 479-488.

IBGE. **Dados sobre acidentes de trânsito**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MAIOLA, Leonardo. Paracanoagem no Brasil: financiamento e desenvolvimento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 30, e30006, 2024.

MARQUES, R. F. R. Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, p. 583-596, out./dez. 2013.

MARQUES, Rodrigues Francisco Renato. **O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu**. 2010. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MAUERBERG DE CASTRO, Eliane. **Atividade física adaptada**. 2. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2016.

MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016.

MELLO, Marco Túlio de; WINCKLER, Ciro. **Esporte paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

MELO, Flávio Anderson Pedrosa; VAN MUNSTER, Mey Abreu. Iniciação esportiva em cadeira de rodas: estruturação de um programa para crianças com deficiência física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 1, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Jacusiel Tatiane. **Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MIRON, Edison Martins. **Da pedagogia do jogo ao voleibol sentado: possibilidades inclusivas na Educação Física Escolar**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.



MORAES JÚNIOR, Paulo Sérgio de. **Esporte paralímpico no Brasil**. 2019. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, 2008.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. **Pedagogia do esporte**: contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PASINI, Gustavo Moreira; GUTIERREZ, Gustavo Luis; DUARTE, Edison. Comitê paralímpico brasileiro: análise do ambiente, estratégia e estrutura organizacional. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 63, e73677, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Rafael Estevam. **Políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 21, n. 1, p. 58-69, 2017.

RUBIO, Katia. Rendimento esportivo ou rendimento humano? O que busca a psicologia do esporte? **Psicologia para América Latina**, [S. l.], fev. 2004.

SANCHOTENE, Vitória Crivellaro; BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. A iniciação esportiva no esporte paralímpico: o caso do voleibol sentado. **Argumentos**, Montes Claros, v. 17, n. 2, 2020.

SANTOS, Renata Ferreira dos *et al.* Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 54-62, 2017.

SCHOELLER, Soraia Dornelles *et al.* Mudanças na vida das pessoas com lesão medular adquirida. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 95-103, jan./mar. 2012.

SILVA, A. *et al.* Mapeamento geográfico de atletas paralímpicos brasileiros. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, 2019.

SILVA, Aline Borges de Campos. **Como o orçamento modela a política paralímpica no Brasil**: um estudo de caso do Comitê Paralímpico Brasileiro-CPB. 2017. 50 f. Monografia



(Especialização em Gestão Estratégica para Resultados) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2017.

TEODORO, Célia Maria. **Esporte adaptado de alto rendimento praticado por pessoas com deficiência**: relatos de atletas paraolímpicos. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

TORRI, Danielle; VAZ, Alexandre Fernandez. Esporte paralímpico: difícil inclusão, incorporação tecnológica, corpos competitivos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 536-550, 2017.